



Público

10-12-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Ambiente

Dimensão: 1018

Imagem: S/Cor

Página (s): 24/25

Aquecimento global Alterações de linguagem sugerem acordo diferente no futuro

Novo tratado climático global improvável antes de 2020

Conferência de Durban cristaliza cenário de cedências para conseguir convencer todos a entrar no mesmo barco

Ricardo Garcia

● Ao princípio da noite de ontem, não havia ainda decisões. Mas, a horas do encerramento da cimeira climática da ONU em Durban, África do Sul, uma conclusão já se cristalizava como evidente: não haverá tão cedo um novo tratado global para conter as alterações climáticas. Prometido para 2009, um acordo que vincule todos os grandes emissores de gases com efeito de estufa a metas de redução possivelmente não entrará em vigor antes de 2020.

Esta era a data inscrita num documento de trabalho que a presidência da conferência da ONU pôs sobre a mesa, como base para as negociações finais, que prometiam estender-se por toda a madrugada. Segundo o texto, o novo acordo deveria ser aprovado até 2015, para entrar em vigor depois de 2020.

Num segundo documento, propunha-se o prolongamento do Protocolo de Quioto – o único tratado em vigor que obriga à redução das emissões, mas apenas para os países desenvolvidos e somente até 2012. Mas não havia ainda, no texto, novas metas, que deveriam ser comunicadas pelos países até Maio de 2012.

Independentemente do resultado das negociações, alterações cirúrgicas de linguagem sugerem que o rumo a seguir no futuro pode ser diferente do que se imaginava há alguns anos. Ao invés de um acordo “juridicamente vinculativo” – como se preconizava até ao fiasco da cimeira climática de Copenhaga, em 2009 – o termo posto ontem sobre a mesa era “quadro legal”. Ao invés de “metas” de redução de emissões, fala-se agora em “objectivos”.

Enfraquecer a linguagem é tudo o que não querem os países em desenvolvimento. Ontem, um grupo de nações mais vulneráveis às alterações climáticas rejeitou firmemente as propostas, paralisando as negociações.

Datas mais distantes e termos menos enfáticos são uma tentativa de convencer alguns países-chave a assinarem um compromisso em Durban. A UE já conseguira, ontem, reunir cerca de 120 países em torno de uma proposta de roteiro para um novo tratado global. Os Estados Unidos, a Índia e a China, porém, mostraram-se reticentes. “O sucesso ou falhanço de Durban repousa num pequeno número de países”, disse a comissária europeia da Acção Climática, Connie Hedegaard.

Apesar das divergências, a cimeira de Durban revelou alguma aproximação de posições. “Houve mais realismo e mais flexibilidade”, avalia a eurodeputada Graça Carvalho, que acompanhou os trabalhos. O regresso da UE à liderança das negociações é outra marca da conferência.

O que vem a seguir promete ser incoerente com os alertas científicos, que sugerem uma redução imediata e significativa e das emissões, de modo a manter o aquecimento global a um nível mais suportável.

O próximo relatório do painel científico da ONU para o clima – o IPCC – deverá ser divulgado em 2013-2014 e vários países preferem esperar por estes resultados antes de adoptar novos compromissos.

A UE tem mais pressa. “O ponto de vista europeu é exactamente este, é preciso avançar mais rápido”, disse ao PÚBLICO Assunção Cristas, ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento.

Assunção Cristas também reconheceu maior flexibilidade em Durban. Pela primeira vez, os países de língua oficial portuguesa assumiram uma posição conjunta numa cimeira climática. A CPLP exigiu um roteiro “abrangente e vinculativo” para um novo acordo global, segundo um documento assinado também pelo Brasil. “Sinto do Brasil abertura e uma postura construtiva”, afirma a ministra do Ambiente.

Acção da Oxfam em Durban apelando a um acordo



Protagonistas

UE de novo a liderar

Depois da experiência humilhante de Copenhaga, em 2009, a União Europeia reassumiu em Durban um papel de liderança nas negociações climáticas. Há dois anos, tudo correu mal e, quando se preparavam para dar uma conferência de imprensa, os próprios líderes europeus foram surpreendidos com o anúncio de um acordo entre os Estados Unidos e um pequeno grupo de países, à margem do processo negocial da ONU. Agora, em Durban, a UE reapareceu numa posição de destaque. Partiu para a conferência com uma posição colaborativa, aceitando um prolongamento do Protocolo de Quioto, mesmo sem os Estados Unidos, Canadá, Rússia e Japão, desde que acoplado a um roteiro claro para um novo acordo, com metas para todos os maiores emissores de CO2 – incluindo



grandes economias emergentes, como a China, Índia e Brasil. Durante a cimeira, materializou a sua disponibilidade numa proposta concreta, para a qual foi buscar o apoio das nações mais vulneráveis às alterações climáticas. Não é a primeira vez que a UE tenta esta tática, mas nunca teve este resultado. Ontem, já tinha 120 países a aderirem à sua proposta. A comissária europeia para a Acção Climática, **Connie Hedegaard**, poderá em Durban apagar a má memória da cimeira Copenhaga, que presidiu até ser substituída nos dias finais.

BASIC divididos

Por detrás da sigla que une Brasil, África do Sul, Índia e China, há grandes divisões em relação ao clima. Em Durban, a clivagem mais notável foi quanto à proposta da UE para um roteiro de negociações. Os quatro países são normalmente relutantes sobre possíveis metas vinculativas para o controlo das suas emissões, argumentando que a responsabilidade histórica do aquecimento global cabe ao mundo industrializado. Mas o Brasil e a África do Sul mostraram-se flexíveis ao caminho proposto





pela UE. A ministra brasileira do Meio Ambiente, **Izabella Teixeira**, assinou ainda com Portugal e os outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa uma posição conjunta, exigindo um roteiro "abrangente e vinculativo". Do lado da China, houve sinais de uma possível abertura, com declarações do chefe da sua delegação a Durban que, no entanto, parecem ter tido pouco eco na mesa de negociações. Por sua vez, a Índia assumiu uma postura semelhante à que exibiu noutras cimeiras climáticas, revelando menor flexibilidade. Qualquer acordo depende destes quatro países.

EUA sem margem

Classicamente, as delegações norte-americanas apresentam-se com mandatos limitados nas cimeiras climáticas. Agora, novamente não havia



grande margem de manobra. Depois de ver chumbada pelos republicanos a sua política climática, Obama agora tem a crise económica a comprometer qualquer nova tentativa mais ousada. Com eleições dentro de um ano, a situação torna-se menos favorável. Nada faria supor que, em Durban, houvesse grandes avanços. **Todd Stern**, o chefe da delegação, chegou a dizer que os EUA estariam abertos a um "processo" para um futuro acordo. Mas não foram tão longe como outros. **R.G.**